

O PARADOXO DE PODER SUL-AMERICANO NOS ANOS DE GUERRA FRIA

THE PARADOX OF SOUTH AMERICAN POWER DURING THE COLD WAR

LA PARADOJA DE PODER SUDAMERICANO DURANTE LA GUERRA FRÍA

Thiago Gehre¹

Resumo: A Guerra Fria foi momento definidor da história das relações internacionais, especialmente pela sua capacidade de irradiar ideias e sentimentos que seriam assimilados pelas diferentes nações do globo e em particular de regiões periféricas como a América do Sul. Gerou como consequência não pretendida um paradoxo de poder: o crescimento do sentimento de relutância – engendrado pelo medo da penetração ideológica, por uma cruzada justificadora contra o comunismo, por disputas territoriais e de equilíbrio de poder nas subregiões do continente sul-americano – fortaleceu a ideia de vizinhança que passou a sustentar o projeto de América do Sul lançado na reunião de presidentes de 2000 em Brasília.

Palavras-chave: América do Sul; História das Relações Internacionais; Integração Regional

Abstract: The Cold War was a defining moment in the history of international relations, especially for its condition to radiate thoughts and feelings that would be assimilated by the different nations of the globe and in particular peripheral regions such as South America generated as a consequence unintended paradox of power : the growth of the feeling of reluctance – feeded by ther fear of ideological penetration, for justifying a crusade against communism, by territorial disputes and the balance of power in the sub-regions of the South American continent – has strengthened the idea of vicinity that came to support the South America project launched at the 2000 meeting of presidents in Brasília.

Keywords: South America; History of International Relations; Regional integration.

Resumen: La Guerra Fría fue un momento decisivo en la historia de las relaciones internacionales, especialmente por su capacidad en irradiar pensamientos y sentimientos que serían asimilados por las diferentes naciones del mundo y, en particular, por las regiones periféricas, como América del Sur. Generó como

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil, E-mail: thiago.gehre@gmail.com

consecuencia no deseada una paradoja de poder: el crecimiento del sentimiento de reluctancia – engendrado por el miedo de la penetración ideológica, por una cruzada justificadora contra el comunismo, por las disputas territoriales y en el equilibrio de poder en las sub-regiones del continente sudamericano – ha reforzado la idea de vecindad que vino a apoyar el proyecto de América del Sur que puso en marcha en la reunión de presidentes de 2000 en Brasilia.

Palabras-clave: América del Sur; Historia de las Relaciones Internacionales; Integración Regional

O envolvimento da América do Sul na 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e o advento da Guerra Fria entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) levaram a profundas transformações na ordem internacional: redefiniram os panoramas estratégicos e políticos mundiais, modificaram a hierarquia das relações internacionais, condicionaram as concepções estatais de inserção internacional e impactaram, em particular, nas relações internacionais sul-americanas.

O objetivo desse artigo é lançar luz sobre algumas dúvidas que persistem sobre o poder de interveniência da Guerra Fria na história das relações internacionais da América do Sul. Busca-se responder a duas questões: como o contexto de Guerra Fria interferiu nas relações do Brasil com seus vizinhos sul-americanos? Que tipo de distribuição de poder o contexto de Guerra Fria foi capaz de gerar nas relações internacionais da América do Sul?

Dois ângulos de análise derivados da história das relações internacionais auxiliam na compreensão do objeto proposto. O primeiro se refere à ideia de “vizinhança”: força-motriz de impulsos integrativos que respalda a união por laços espirituais, parentais ou por aliança política e econômica. O segundo diz respeito à “relutância”: dinamismo de temores de dominação econômica, medo de expansão imperialista, incertezas quanto às intenções de países com diferendos políticos, ideológicos e territoriais, que projetavam uma imagem de desconfiança mútua e levavam a comportamentos desviantes da cooperação estatal.

Com isso, pretende-se explicar que a Guerra Fria não foi apenas variável interveniente da política internacional sul-americana (Cervo 2001), mas contexto definidor de um paradoxo de poder. No período de Guerra Fria, a América do Sul tornou-se ao mesmo tempo mapa para a política externa de seus países e lócus irradiador de uma marcha relutante e turbulenta.

Exposição a ideias e sentimentos da Guerra Fria

A partir de 1947, com a declaração do presidente dos Estados Unidos Henry Truman que nações pelo globo estariam enfrentando uma “ameaça existencial” proveniente do comunismo soviético, constituiu-se a capacidade

da Guerra Fria em emanar ondas de ideias e sentimentos que passariam a afetar as diferentes sociedades que compunham o sistema internacional.

A declarada oposição ideológica entre dois polos de poder mundial passou a nutrir preocupações no sistema interamericano tanto de interferências do “grande irmão do norte” ou de uma possível contaminação por organizações esquerdistas, legais ou clandestinas, partidárias ou não, que pudessem penetrar os países da América do Sul.

Nesse momento, a situação política brasileira estava conturbada. Os ânimos entre queremistas, liderados por Getúlio Vargas, e os comunistas, liderados por Prestes, se acirraram após a decisão do presidente Eurico Gaspar Dutra de romper relações com a URSS e de extinguir a juventude comunista e o Partido Comunista no Brasil. Outro sinal de mudança na corrente política veio com a descaracterização do modelo nacional-desenvolvimentista, que havia sido gestado por Vargas desde os anos 1930, por um alinhamento mais estreito com Washington (Hoje 1947).

As sociedades sul-americanas também estavam vigilantes contra as atividades intervencionistas da Secretaria de Estado dos EUA em conluio com *Wall Street*. As atenções estavam voltadas para a atuação dos embaixadores dos EUA nas capitais sul-americanas que trabalhavam em favor do capitalismo e da eleição de um candidato “mais dócil possível” aos desígnios norte-americanos. O objetivo era prevenir-se contra a penetração das ideias socialistas que fossem nocivas aos negócios ocidentais.

A Guerra Fria continuou a contaminar o ambiente interamericano na medida em que os fóruns regionais e as relações bilaterais passaram a ser moldados pelos acontecimentos que envolviam as superpotências em sua disputa por áreas de influência na região.

Nesse contexto, é possível perceber a eclosão de uma “tensão essencial” entre os sentimentos nacionais em diferentes países. Como apontam Renouvin e Duroselle (2000), as comunidades políticas estão unidas por um sentimento nacional que se expressa pela conjunção da solidariedade de interesses, da tradição, do espírito de sacrifício e da consciência de pertencimento ao grupo.

Para fins analíticos, a ideia de sentimento nacional pode ser “desconstruída”, em camadas que se sobrepõem e afloram na forma de ideias capazes de influenciar o rumo das relações internacionais; por exemplo, quando se contrasta especificamente ideias de vizinhança e relutância, percebe-se a complexidade do sentimento de uma nação ou coletividade.

Além disso, as grandes correntes de mentalidade coletiva, como o pacifismo e o militarismo, bem como as manifestações de ideias ou de emoções coletivas, como integração e solidariedade, contagiavam o ambiente de tomada de decisão e as escolhas e cálculos estratégicos do Homem de Estado.

No contexto sul-americano, pode-se verificar o estabelecimento dessa “tensão essencial” entre vizinhança e relutância. Nesse caso, a ideia de vizinhança eclodiu com maior força na solidariedade hemisférica dos anos de guerra e no processo de integração regional que se seguiu por todo o século 20. Já a ideia de relutância ganhou significado com a lógica de insegurança da Guerra Fria, que alimentava a paranoia da invasão e da hegemonia, bem como ressaltava as incompatibilidades identitárias e imagéticas de países, sociedades, regimes e modelos incompatíveis.

Guerra Fria como cruzada justificadora

Em diferentes países da região, grupos militares e líderes populistas estavam dispostos a criar grupos hegemônicos que controlariam o Estado e teriam pleno acesso aos recursos que possibilitassem levar adiante projetos nacionalistas. Essa característica marca a diferença entre o matiz ideológico, típico do relacionamento entre as superpotências, e o matiz pragmático que eclodiu no relacionamento entre os países sul-americanos. Como pano de fundo, e justificativa principal, persistiria o contexto de medo e paranóia engendrado pela Guerra Fria entre norte-americanos e soviéticos.

As legações diplomáticas mantinham vigilância constante entre si. Por exemplo, a embaixada venezuelana no Rio de Janeiro acompanhava atentamente a movimentação do Brasil em torno de uma “cruzada anticomunista”. A opinião pública brasileira estava alerta ao perigo da internacionalização do comunismo e sua capacidade de estabelecer vínculos pérfidos com grupos “terroristas” na Venezuela, Cuba e Guatemala e em espaços estratégicos como Amazônia e Caribe, sob a chancela da URSS.²

Os alarmistas de plantão diziam: “há perigo comunista e do mais grave e do mais alarmante” ou “só depois que a desgraça desabar sobre o Brasil, é que as providências virão”. De fato, interessava a Caracas que o Brasil se posicionasse contra movimentos subversivos que fatalmente ameaçavam o regime político e a estabilidade interna da Venezuela (Diário do Povo 1952).

Para mitigar essa atmosfera internacional carregada de ideologias, poderia se valorizar o sentimento de vizinhança, mediante o resgate do pan-americanismo. Entretanto, a paranoia comunista perturbou os interesses comuns dos vizinhos catalisando uma associação prioritária com a potência dominante da região.³

² Alfaro a Exteriores, informe, n 216, Rio de Janeiro, 18-3-1952. ACMRE, DPI, Brasil, 1951, Exp. 106.

³ Casas Briceño a Otañez, informe, n 29, Rio de Janeiro, 17-1-1953. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

Nesse sentido, o desafio de adaptar a política externa brasileira às circunstâncias e exigências da época trouxe como consequência a redução do espaço de aproximação entre Brasil e alguns países da região. Ilustra isso a forma como Comissão Mista Brasil-EUA foi alicerçada nos anos 1950: altamente influenciada pela lógica da Guerra Fria, moldou a assistência técnica e a ajuda financeira contida no acordo militar brasileiro-estadunidense de 31 de outubro de 1952 (Jornal do Brasil 1953).

As acomodações em tempos de Guerra Fria levaram o imaginário sul-americano sobre o Brasil alternar-se entre o receio e a admiração – uma espécie de dupla imagem que se construiria no tempo longo. Por um lado, persistiam não apenas barreiras materiais (florestas e rios intransponíveis ou ausência de infraestrutura de integração) como imateriais (desconhecimento geral dos povos sul-americanos entre si). Por outro, exaltava-se o “*ejemplar progreso del Brasil; su transformación económica; la inexistencia de prejuicios raciales; la unidad del pueblo; sus intelectuales*”.⁴

No fim de 1955, o governo Juscelino Kubitschek adotou uma perspectiva hemisférica convergente com Washington. Estava em processo de negociação um acordo de cooperação militar que previa a instalação de uma base lançadora de foguetes na ilha de Fernando de Noronha. Na verdade, tratava-se de uma estação avançada para monitoramento de foguetes teleguiados que se encaminhassem ao Atlântico Sul. O projeto deveria ser levado adiante por técnicos norte-americanos e brasileiros, sendo os últimos capacitados para assumir totalmente o controle da estação.

O chanceler Macedo Soares justificou o acordo em termos da lógica da Guerra Fria, particularmente da possível eclosão de um terceiro conflito mundial. Não escapou, entretanto, das críticas dos países da região, que atacaram a relação especial que mantinham Brasília e Washington. Chegou a ser noticiado na imprensa da região que um foguete teleguiado norte-americano, lançado da Flórida, se perdeu na selva amazônica, como resultado de uma avaria em seu dispositivo de direção (El Nacional 1957).

muchos representantes diplomáticos latinoamericanos en esta capital veían con cierto sentimiento de envidia la política seguida por los E. U. con respecto al Brasil. Piensan estos diplomáticos que el gobierno de Río de Janeiro ha recibido de los EE.UU. más asistencia que todos los demás del hemisferio juntos (El Universal 1957).

As negociações acabaram sendo paralisadas, pois o Brasil solicitou ajuda militar e econômica como compensação para autorizar o uso militar

⁴ Gallegos Medina, Discurso, Rio de Janeiro, 1953. BCMRE, Memória MREV, 1953, pp. 146-148. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 39-40.

de Noronha, o que fez Washington recuar em sua determinação de ter a ilha, reavaliando a possibilidade do uso de navios ou submarinos como base móvel de radares e lançamento de foguetes.⁵

Os malogros dos projetos e posturas de alinhamento aos EUA reabriam os espaços de coordenação do Brasil com alguns vizinhos. Não obstante, esbarrava-se nas tradicionais indefinições nas relações no Cone Sul, especialmente a rivalidade com a Argentina, nos gargalos estruturais de transporte, energia e comunicações dentro do território nacional e na interligação fronteiriça com a vizinhança, bem como na atuação da imprensa nacional que dedicava muita energia e espaço em séries de reportagens contra as políticas dos vizinhos sul-americanos.

As veleidades nacionais eram enormes. Não se admitia, em Caracas nem Buenos Aires, por exemplo, que visitas presidenciais ou de chanceleres fossem realizadas em outros países antes daqueles ou que rondas a várias localidades de uma mesma subregião como Andes, Cone Sul ou Amazônia desconsiderassem a singular importância de Argentina e Venezuela para o Brasil.

Mas seria a assimetria de poder entre o Brasil e seus vizinhos – que refletia a distribuição de poder internacional dos tempos de Guerra Fria – o principal fator gerador de relutância. Evidenciava-se, tanto nos círculos diplomáticos como na mídia, um aspecto recorrente e perturbador do Brasil como líder da região: *“en diversas publicaciones de prensa, pero que revelan una orientación dirigida y correspondiente a una política preestablecida, se habla del papel ‘lider’ que debe ejercer el Brasil en América Latina”*.⁶

Guiana no foco da política sul-americana

Outra dimensão problemática derivada dos tempos de Guerra Fria se referia a disputas territoriais que poderiam não só transbordar para o Brasil como atrair a atenção das superpotências para a América do Sul. O diferendo entre Venezuela e Guiana sobre a região do Essequibo e o destino da então Guiana Inglesa tornou-se parte das preocupações geopolíticas brasileiras durante a Guerra Fria por perturbar o frágil equilíbrio existente na fronteira norte da América do Sul.

A questão recorrentemente viria à tona. Relatos de militares brasileiros afirmavam que, desde 1939, se pensava na anexação das Guianas a partir de duas correntes de opinião. A primeira, defendia que deveria ser extirpada qualquer influência colonial europeia na região; a segunda, que o

⁵ Embaixada Washington a MRE Venezuela, informe, AFF n 18, 15-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 318.

⁶ Carrillo a Arismendi, informe confidencial, n 1171, Rio de Janeiro, 18-11-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 63.

Brasil deveria buscar proteção política e militar alemã para a ocupação das três Guianas (Jornal do Brasil 1957; Correa da Costa).⁷

Mas seria racional pensar nestes termos? Interessava realmente ao Brasil adquirir as Guianas? A primeira variável a ser considerada nesta trama sobre as Guianas se referia à energia e o controle sobre as ricas regiões petrolíferas do maciço das Guianas. Ademais, interessaria ao Brasil, por motivos de defesa, ganhar uma costa importante e ampliar bastante as possibilidades de comércio com o mercado do Pacífico. Além disso, valia para o Brasil garantir a tranquilidade e segurança da América do Sul mediante a formação do chamado bloco americano. Por outro, interessaria às Guianas passar a ser Estado do Brasil, por gozarem de mais liberdade e progresso. Além do mais, valeria para as potências europeias, que sabiam das dificuldades de manter as colônias, diante da lógica de emancipação colonial que contaminava a política internacional.⁸

Ainda que absurdo do ponto de vista da tradição diplomática brasileira, que desconsiderava soluções desta natureza, o tema ganhou fôlego, pois o ânimo internacional de disputa entre EUA e URSS restringiu o espaço das nações europeias que gradativamente reduziram seus prolongamentos territoriais no continente americano.

No fim de 1958, voltaram a eclodir rumores da aquisição das Guianas pelo Brasil. Em especial, repercutiu na chancelaria venezuelana um estudo que justificava ser o Brasil mais capacitado para povoar e desenvolver as Guianas, do que a própria Venezuela, outro país que teria desejo parecido esperava-se apenas o lançamento da semente que no futuro próximo levaria as Guianas ao Brasil.⁹

A polêmica se consolidou em um texto publicado na Revista do Círculo Militar do Brasil, posteriormente publicado em forma de livro, pelo professor Paulo Henrique da Rocha Correa, que apresentou alguns pontos sobre a questão, em especial “as credenciais do Brasil” para ficar com a Guiana. Nesse sentido, o Brasil mantinha uma conexão em termos de continuidade geográfica e demográfica com a Guiana que potencializava sua força de influência e assimilação, sendo muito mais intensa que a da Venezuela. Todos esses pontos alimentavam uma sensação de destino manifesto, de que as Guianas estariam rumando pelo caminho da ligação com “a mais progressista nação tropical da terra” (A Gazeta 1958).

O palpitante assunto fora tingido com as cores do patriotismo verde

⁷ O embaixador Sérgio Correa da Costa explora a temática da penetração nazista na América do Sul durante os anos da 2ª Guerra Mundial, desvelando fatos interessantes sobre a importância estratégica de alguns países para o plano de expansão do III Reich.

⁸ Embaixada Rio de Janeiro a MRE Venezuela, informe, n 1289, 25-11-1957. Picón Salas a Sola, informe, n 1322, Rio de Janeiro, 6-12-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

⁹ Picón Salas a Sola, informe, n 1322, Rio de Janeiro, 6-12-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

e amarelo pelo professor Paulo Henrique, mas tornou-se estarrecedor aos olhos dos vizinhos, podendo criar uma aliança indesejada entre Caracas e Buenos Aires. De acordo com o embaixador argentino em Caracas, Carlos Dominguez: “*el problema de la Guyana es similar al de las Malvinas (...) nuestro deseo es que no haya más colonias en América, porque los países colonizadores basan sus opiniones en la fuerza y no en los derechos*”.¹⁰

Ainda que seja “exagerado” comparar a questão do Essequibo com o problema das Malvinas hoje, não se pode descaracterizar a relevância da zona em reclamação para os venezuelanos à época. Além disso, torna-se desmedido discutir questões que envolvam aspectos materiais e imateriais, a partir de óticas e interesses diferentes. Assim, vale ponderar que foram duas questões com pesos históricos distintos, mas que se diferenciaram ao longo do tempo pelos desdobramentos que produziram: ao Sul, uma guerra; ao norte, um congelamento do conflito.

Logo, a guerra teria dado às Malvinas uma importância que a questão do Essequibo não teve por ter sido parcialmente resolvida pelo Protocolo de Port of Spain. Caracas não “desdenhava” tanto assim um acerto com Buenos Aires, pois sabia da importante posição que os portenhos mantinham sobre as possessões coloniais na América (Cervo 2001, 189). O elo entre elas se fazia na capacidade da Guerra Fria em fomentar um paradoxo de poder na América do Sul entre o sentimento de vizinhança e a relutância característica das chancelarias da região.

Com o agravamento do contencioso venezuelano-guianense, após a Venezuela proclamar por decreto presidencial o domínio sobre as águas do rio Essequibo, em fevereiro de 1966 foi feito um acordo com a Grã-Bretanha que reconhecia pela primeira vez e, oficialmente, o problema colocado pela Venezuela sobre a região do Essequibo. O laudo de Paris de 1899, que favoreceu a Inglaterra, seria considerado passível de revisão, perdendo seu caráter, até então, de intangibilidade diplomática e política.

O parlamento guianense reagiu considerando nulo tal decreto. Sob a égide da Guerra Fria, o líder da oposição no Congresso, Cheddi Jagan, qualificou Raúl Leoni de títere dos EUA e instou o governo a apresentar o caso ao CSNU. A situação ganhou traços de dramaticidade quando, antes de eleito, Jagan deixou bem clara a posição que assumiria uma vez no poder. Como líder da oposição fez menções a se buscar ajuda para o diferendo fora da esfera de influência ocidental, nos chamados “amigos com foguetes”, numa clara referência à URSS e à China. Portanto, a internacionalização do problema venezuelano-guianense significava a internalização da Guerra Fria na América do Sul.

¹⁰ Gallegos Medina a Arismendi, informe, n 911, Rio de Janeiro. “América tem que ser dos americanos”. Correio da Noite, 12-10-53. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

Quando Forbes Burnham e seu partido, o Congresso Nacional do Povo (CNP), conduziram a Guiana à independência política em 26 de maio de 1966, e com a implantação do modelo de socialismo cooperativista no país em 1970, cristalizou-se a penetração socialista na América do Sul. Burnham não só nutria um sentimento de amizade por Fidel Castro, como definiu uma estratégia de inserção internacional pela aproximação com Havana e Moscou.

Propagou-se o medo da aproximação entre Georgetown e Moscou na mídia e nas chancelarias da região, ainda que estivessem mascaradas em programas de cooperação, como o de compra de bauxita e alumina pelos soviéticos. Por exemplo, o objetivo guianense na época era “ter com a URSS relações mais próximas e maiores”, admitiu o primeiro-ministro da Guiana Cheddi Jagan. Em consequência, a insegurança cresceu no lado brasileiro, que reagiu preventivamente instalando o 6º Batalhão de Engenharia e Construção em Boa Vista e transferindo o Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus (Folha de São Paulo 1979).

Ao mesmo tempo, a imprensa de Georgetown empreendeu violenta campanha contra a aproximação com o Brasil, por conta da provável satelitização da Guiana ao imperialismo brasileiro. Nesse momento, estava em andamento a 1ª Reunião da Comista Brasil-Guiana, o que colocou em evidência o estreitamento das relações entre Georgetown e Brasília. O principal objetivo guianense era conseguir do Brasil a promessa de construção da ponte sobre o rio Tacutu, o que de fato aconteceu, ficando decidida a localização bem como o cronograma tentativo das obras.

Não obstante, o latente litígio fronteiriço com a Venezuela se constituía na maior preocupação da política externa guianense e freava a desejada colaboração brasileira. Por exemplo, na reunião de técnicos rodoviários brasileiros e guianenses em Boa Vista, a delegação guianense absorveu instruções específicas de evitar a aprovação de qualquer programa de cooperação cujas dimensões pudessem vir a comprometer a acalentada imagem de “não-alinhado”.¹¹

Não era interessante para o Gabinete de Fobers Burhnam utilizar as relações com o Brasil como um cavalo de batalha interna. Ao contrário, ganhava-se mais em manter o silêncio e tacitamente abraçar as boas relações com o Brasil; por um lado, para não ferir o Brasil com as provocações da mídia e, por outro, para evitar problemas com os amigos “não-alinhados”; dentre eles alguns países africanos mais exaltados contra a postura colonialista de Portugal.

¹¹ Memorando confidencial, DAM II, n. 144, 11-12-1973. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

O medo da cubanização da América do Sul

A internacionalização da Revolução Cubana e seu transbordamento para a realidade sul-americana foi motivo de constante preocupação dos diferentes governos da região. Em particular os anos de 1961 e 1962 foram decisivos em colocar a questão cubana no foco da política interamericana, favorecendo o bloqueio de entendimentos bilaterais entre brasileiros e seus vizinhos.

De fato, os reflexos da Revolução Cubana, a tentativa frustrada de invasão norte-americana e a crise dos mísseis de outubro de 1962 atraíram a atenção do Brasil para a estabilização regional, o que não significou um alinhamento de posições com outros países importantes como Argentina e Venezuela que mantinham a defesa de posições diferentes em fóruns como a OEA.

A Venezuela, por exemplo, era contrária à intervenção unilateral de qualquer país em Cuba, mas clamava pela solução do problema na OEA. Coube ao então embaixador José Antonio Mayobre entregar uma carta ao Secretário-Geral da OEA, de censura à atuação cubana, e dizendo que o regime de Castro estava perturbando a tranquilidade política do hemisfério e ameaçando a estabilidade democrática (Diário 1961).

Ventos turbulentos continuaram soprando sobre Caracas, disseminando o medo de que os Andes se tornassem a nova *Sierra Maestra* latino-americana e empurrando a Venezuela a rechaçar todo tipo de intervenção, intra ou extracontinental, na vida interna dos Estados. Assim, em 11 de novembro de 1961, Caracas rompeu com Havana, devido à negativa do governo Castro de interromper os fuzilamentos desencadeados após a tentativa de invasão apoiada por Washington e após acusações de que o governo venezuelano atuaria sob o mando de potências estrangeiras.

A questão cubana permaneceu como parte do horizonte sul-americano nos anos 1960. O Brasil acreditava que a manutenção das instituições democráticas era uma questão interna de cada país e não considerava o assunto como de relevância para ser tratado no âmbito multilateral. Ao contrário, preferia resguardá-lo como assunto de segurança nacional (La República 1967).

Já a Venezuela, sob a égide da Doutrina Betancourt, reclamava da reticência brasileira e vislumbrava duas linhas de ação a fim de solucionar o quebra-cabeça cubano: oscilar em busca de apoio entre as superpotências e influenciar a principal instituição regional, a Organização dos Estados Americanos.

Leoni já havia se encontrado com Lyndon Johnson para tratar do problema cubano e em *Punta del Este* seguiu-o em seus pronunciamentos e ideias. Johnson carregava a mensagem clássica da cruzada anticomunista: sensibilizar o Hemisfério dos perigos da proliferação comunista no mundo

e na região. Entretanto, as dificuldades por que passavam os EUA no Vietnã afastavam Washington de uma intervenção mais direta na América do Sul (El Universal 1967).

Aproveitando-se da margem de manobra criada com a distensão da Guerra Fria e o afastamento temporário dos EUA da região, o governo venezuelano efetuou o primeiro movimento tático: o ensaio de reaproximação com a URSS, já que naquele momento os dois países estavam de relações rompidas.

Era intenção de Caracas que a OEA levasse o assunto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e lá duas opções se abriam. Ou persuadir Moscou a não vetar uma eventual resolução contra Cuba no CSNU, o que seria o objetivo máximo, mas verdadeiramente insólito. Ou impelir a URSS a assumir uma posição pública sobre o problema das guerrilhas e da intervenção cubana. Mais ainda, Caracas acreditava que um veto da URSS a alguma proposta de resolução fosse, no mínimo, garantir uma vitória moral para sua causa.

O segundo movimento tático foi tentar influenciar o xadrez político regional, assumindo o comando da OEA.

A gestão colocada em curso perante as chancelarias americanas informava do interesse venezuelano de que o ex-ministro de relações exteriores, Marco Falcón Briceño, fosse escolhido como Secretário-Geral da OEA no pleito que ocorreria em novembro de 1967. Briceño concorreu com o representante dos países centro-americanos Gonzalo Facio, da Costa Rica. Os países centro-americanos alegavam que dentro da lógica de rotatividade dos cargos a designação deveria recair em uma personalidade daquela área.

Ao assumir o comando da OEA, Caracas esperava ganhar prestígio e influência nas votações de temas sensíveis como a interferência cubana e a questão territorial com a Guiana. Caracas confiou que o Brasil iria seguir a Venezuela em sua querela particular, acenando com a possibilidade de ganhos mútuos no caso da escolha do venezuelano: “*en medio de la cambiante política externa brasileña ese país pudiera apoyar a Falcón Briceño*” (El Nacional 1967).

Entretanto, a Secretaria de Estado no Brasil foi enfática e anunciou a seu representante que votasse contra Briceño, por suas vinculações com a doutrina Betancourt e com o revisionismo de fronteiras no caso da Guiana. Poderia até ser um “capricho da ditadura”, mas que ganhou forma como resquício do revanchismo brasileiro, ofuscando o entendimento bilateral e foi temperado pelo receio de que o venezuelano envolvesse o Brasil em uma querela desnecessária sobre suas fronteiras na região amazônica.¹²

¹² Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, Secreto, nº 380, 10-11-1967; AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

Considerações Finais: o paradoxo de poder sul-americano

Durante a Guerra Fria, o curso tomado nas relações internacionais da América do Sul foi definido em grande medida pela combinação entre sentimentos nacionais de vizinhança e relutância, e sua influência na determinação dos ritmos de aproximação e afastamento entre os países. O paradoxo de poder sul-americano constituiu-se em duas dimensões.

Na primeira dimensão do paradoxo, o embate ideológico da Guerra Fria sofreu acomodações nas políticas internas que favoreciam a transposição da lógica da Guerra Fria para a região, como em supostos planos de intervenção, contenciosos diplomáticos e territoriais, cooperação militar e alinhamento às superpotências. Além disso, catalisou a baixa intensidade diplomática, política e comercial das relações bilaterais; oscilações conjunturais que produziram modificações internas e afetaram as políticas exteriores; enfim, o advento de posicionamentos doutrinários e ideológicos, pouco racionais, impulsionou comportamentos defectivos ou pouco cooperativos que resultavam em suspensão de relações diplomáticas, expulsão de representantes, retaliações econômicas, entraves comerciais, fechamento das fronteiras etc.

Na segunda dimensão do paradoxo, a Guerra Fria interferiu no relacionamento do Brasil com seus vizinhos nas seguintes esferas: a) moldou o posicionamento conjunto (bilateral e multilateral) pela superação das tensões e conflitos, a partir do diálogo e negociação; evitando-se a superextensão ao terceiro mundo de conflitos e rivalidades de outras regiões; restando a corrida armamentista nascente do confronto Washington-Moscou ao promover o desarmamento nuclear; e aprovando convenções que adequariam o direito internacional aos interesses sul-americanos.

Nada obstante, o paradoxo de poder sul-americano se diluiria na conjuntura internacional de distensão da Guerra Fria, nas décadas de 1970 e 1980, que proporcionou maior autonomia à periferia do sistema, nas crises econômicas e energéticas. O diálogo, o aprendizado mútuo e a desconstrução de rivalidades construíram uma trajetória de convergência, não em termos de coincidência ideológica ou alinhamentos políticos, mas como reflexo da compreensão sobre a existência de um horizonte estratégico comum.

O conceito que sintetiza a Guerra Fria nas relações internacionais refere-se à “bipolaridade da ordem internacional” ou a predominância de dois polos de poder que antagonizam em diferentes aspectos da realidade internacional. No início dos anos 1970, entretanto, já era nítido o processo de dispersão da bipolaridade no sentido de rehierarquização da ordem, surgimento de novos polos de poder e abrandamento dos impactos da Guerra Fria em diferentes regiões do globo. Para tanto, precisariam estar atentos às novas perspectivas de cooperação e comércio emanadas da atenuação das tensões entre EUA e URSS.

O Brasil e seus vizinhos nutriam, neste caso, esperança que o diálogo Norte-Sul poderia ser fator de influência no processo de negociações comerciais globais, o que demandaria atenção especial da comunidade internacional com as relações entre países em desenvolvimento e industrializados. Da mesma forma, acreditavam que a reestruturação da ordem econômica internacional não deveria ser determinada pelas tensões internacionais da Guerra Fria, mas pelo advento da cooperação Sul-Sul, que complementaria a diálogo Norte-Sul.

Como consequência, os países sul-americanos concordavam que por ser igualitária (ou mais simétrica) a cooperação Sul-Sul tinha um valor exemplar para a implantação de uma ordem internacional mais justa, o que moldaria o *modus operandi* da política internacional sul-americana para as décadas seguintes. Em última instância, o advento da Guerra Fria, seus desdobramentos pela superextensão do conflito à periferia do sistema internacional, bem como as irregularidades da bipolaridade alimentaram o sentimento de vizinhança em detrimento da relutância.

Com o fim da Guerra Fria, operou-se uma transição da fase de predominância da relutância sobre a vizinhança para outra, de prevalência da cooperação e da integração sobre a relutância. Ao desanuviar-se o horizonte da Guerra Fria o paradoxo de poder na América do Sul diluiu-se com o desarme dos espíritos de rivalidade e pela modificação da cultura política da região que alçaria a América do Sul a um conceito estratégico integrador.

Referências

A GAZETA (1958). **As credenciais do Brasil**. A Gazeta, 26-11-58. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.p. 189.

CORREA DA COSTA, Sérgio. **Crônica de uma guerra anunciada**.

DIARIO (1961). Ratifica Venezuela em la OEA su repudio al regimen cubano. **Diário las Americas**, 27-10-61. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caixa 8-1, tramo 6.

DIÁRIO DO POVO (1952). Só depois que a desgraça desabar. **Diário do Povo**, 20-2-1952;

_____ Cruzada brasileira anti-comunista. **Diário do Povo**, 16-3-1952. ACMRE, DPI, Brasil, 1951, Exp. 106.

EL NACIONAL (1957) Brasil cedió Fernando Noronha para base de proyectiles de EE.UU. **El Nacional**, 22-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil,

1956, Exp. 318.

_____ (1967). Venezuela en campaña oficial. **El Nacional**, 4-5-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 2-1, caja 2.

EL UNIVERSAL (1957) Estados Unidos ante el caso de la isla brasileña Fernando de Noronha. **El Universal**, 19-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 318.

_____ (1967). Vietnam y sus incidencias en Latinoamérica analizadas durante entrevistas con Nixon; **El Universal**, 15/5/67;

_____ (1967). América Latina vive un momento crítico. **El Universal** 18-5-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 2-1, caja 2.

FOLHA DE SÃO PAULO (1979). Itamaraty prevê litígios entre nações. **Folha de São Paulo**, 11-2-1979.

HOJE (1947). Como Mr. Pawley no Brasil, Corrigan intervém abertamente na política interna da Venezuela; **Hoje**-São Paulo, 20-5-47. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

JORNAL DO BRASIL (1953). Atividades do Ministério das Relações Exteriores. **Jornal do Brasil**, 10-1-1953.

_____ (1957). Se Alemanha tivesse vencido, as Guianas seriam do Brasil. **Jornal do Brasil**, 11-12-1957.

LA REPÚBLICA (1967). Brasil rechaza nueva gestión de Argentina. **La República**, 4-6-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 2-1, caja 2.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste (2000). **Introduction a la historia de las relaciones internacionales**. (1ª ed esp à 4ª edição fra), México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.

Artigo recebido em 17-06-2014, revisado em 30-07-2014 e aceito para publicação em 10-09-2014.